

Ecossistemas de inovação nos processos de cuidado, valor em saúde & ações sustentáveis 1, 2 e 3 de junho de 2023



Inserção e atuação de farmacêuticos no apoio técnico ao sistema de justica

Éverton Borges - RS

Membro do Comitê da Saúde CNJ/RS



Declaração de Conflito de Interesses

Declaro não apresentar conflitos de interesse que possam ser relacionados à minha apresentação

MEDICAMENTOS são os ítens mais judicializados!

520.000 Processos Judiciais/Saúde

70% - 80% MEDICAMENTOS

30% - 40% Constam nas Listas Públicas

Incorporados no SUS (Rename/Reme/REMUME)



SISTEMA DE JUSTIÇA

No Judiciário, a lógica é analisar o que é solicitado na inicial do processo, e decidir sobre o pleito (é um "tudo ou nada" a partir de um pedido)

Os magistrados são leigos e possuem dificuldade em compreender a lógica da Saúde Baseada em Evidencias

Como tomar decisões que, de fato, vão beneficiar os pacientes, sem desequilibrar o sistema de saúde

A judicialização interfere na administração dos recursos de saúde, com impacto no planejamento das três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Custos de tramitação nos tribunais



RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

Rename - Conitec

Reme ou Resme - CFT Estadual

Remume - CFT Municipal ou da Regional

Uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) tem como objetivo a promoção do uso racional de medicamentos.

Sua principal atribuição é a de selecionar os medicamentos essenciais no nível de gestão do SUS em que está inserida.

Lei 12.401/2011 "Art. 19-P" Altera a Lei nº 8.080/90, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS

Fiscalização do CRF/RS em 389 municípios (total de 497)

DADOS DA FISCALIZAÇÃO

68% NÃO Possuem Plano Municipal de Assistência Farm.

85% NÃO Possuem Comissão de Farmácia e Terapêutica

47% NÃO Possuem Relação Municipal de Medicamentos

Média de **172** itens na Remume

Conasems – pesquisa nacional 3.725 municípios:

Média de 184 na Remume

Porto Alegre - Remume com 165



A legislação que respalda o farmacêutico

Competência técnica na elaboração de Notas Técnicas (NT), Pareceres Técnico-Científicos (PTC) e Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS)

Está fundamentada no <u>Decreto nº 85.878/81,</u> que regulamenta a <u>Lei nº 3.820/60</u> que dispõe sobre o exercício da profissão de farmacêutico,

Art. 1º define as atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos

IV - a <u>elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais</u> relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica,

Art 2º determina que são atribuições dos profissionais farmacêuticos

III - <u>vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e</u> <u>atestados</u> do âmbito das atribuições respectivas.

RESOLUÇÃO do CFF Nº 671/19 que dispõe sobre o farmacêutico na prestação de serviço e assessoramento técnico sobre a informação de medicamentos e produtos para a saúde no Serviço de Informação sobre Medicamentos (SIM), Centro de Informação sobre Medicamentos (CIM) e Núcleo de Apoio e/ou Assessoramento Técnico (NAT).



Possibilidades de Intervenção do Farmacêutico

Fase Administrativa

AF do município (Gestão)

Fase pré-processual: DPE, MP, Unid.de Conciliação

Fase processual:

NAT-JUS (Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário)

Fase Administrativa - Assistência Farmacêutica no SUS

SISTEMA DE SAÚDE - Principais Problemas

- 1. Municípios sem Farmacêuticos
- 2. Dispensários de Medicamentos sem Farmacêuticos
- 3. Falta de planejamento e/ou sem participação de farmacêuticos
- 4. Sem REMUME ou REMUME com muitos itens
- 5. Dificuldade de manter estoques de todos os itens
- 6. Prescritores desconhecem ou não seguem a Remume
- 7. Medicamentos vencidos
- 8. Condições sanitárias precárias (Umidade ou calor excessivo)
- 9. Falta de sistema gerencial informatizado
- 10. Inexistência de Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)

Medicamentos

(compras/aquisições/faltas/ sobras/vencimentos)

entre os maiores impactos nos gastos públicos!



Possibilidades de Intervenção do Farmacêutico

Fase pré-processual:

Farmacêutico na Defensoria Pública

Maioria dos laudos médicos apresentados não continham:

- 1. Descrição dos medicamentos de listas SUS já utilizados (ou não)
- 2. Justificativa de uso
- 3. Descrição da evolução clínica
- 4. Reações adversas verificadas (ou inexistentes)
- 5. Adesão ao tratamento com medicamento pregresso
- 6. Descrição dos benefícios da nova terapia prescrita
- 7. Fundamentação baseada em evidências para sustentação técnica quanto ao uso da farmacoterapia prescrita
- 8. Benefício clínico da farmacoterapia prescrita em relação à farmacoterapia preconizada pelo SUS

Atividades:

- 1. Elaboração de parecer técnico
- 2. Acompanhamento/revisão dos processos como fonte de informação
- 3. Identificação do CID
- 4. Identificação em lista oficial (Rename/Reme/Remume)
- 5. Obtenção de literatura
- 6. Posologia e cálculo de doses (quimioterápicos antineoplásicos)
- 7. Participação em reuniões (SMS, SES, DPE)
- 8. Orientação estágio em farmácia (projeto extensão)
- Consultas (Anvisa)



Possibilidades de Intervenção do Farmacêutico Fase processual:

Núcleos de Apoio Técnico aos Magistrados - NAT-JUS

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde - TJ-RJ

Corpo Técnico:

Farmacêuticos 14;

Enfermeiros 8; Médicos 8;

Nutricionistas 5;

Fisioterapeutas 3; Assistente

administrativo 5.

Total:43 (Saúde 35)

Conitec corpo técnico saúde:

33 farmacêuticos; 5 médicos;

4 nutricionistas; 3 enfermeiros;

3 biomedicos; 1 odontólogo;

1 saúde coletiva; 4 fisioterapeutas;

3 psicologos; outros 45

Total: 102 (Saúde 57)

Comitê da Saúde CNJ/RS



XIV Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar



Convênio entre a Defensoria Pública e o Conselho Regional de Farmácia RS



INSTITUCIONAL +

SERVIÇOS → ATUAÇÃO → COMUNICAÇÃO → CONTATO → I

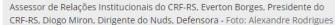
VOCÊ ESTÁ AQUI: Inicial > Comunicação > Notícias > Núcleo de Defesa da Saúde firma

DEFESA DA SAÚDE

Núcleo de Defesa da Saúde firma convênio com Conselho Regional de Farmácia

Publicação: 24/10/2013 às 15h15







CRF/RS e Tribunal de Justiça do RS assinam Termo de Cooperação para inserir farmacêutico no NAT-JUS



Termo de Cooperação: farmacêutica do CRF/RS passa a integrar equipe do NatJus do TJRS





Apresentando o impacto das CFTs e Remumes nos dois sistemas: Saúde e Justiça

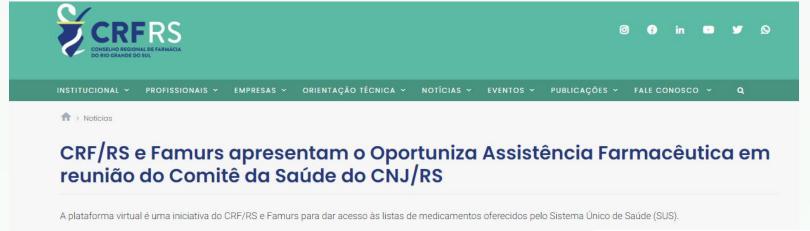




CRF/RS, Famurs e DPE assinam Termo de Cooperação durante a assembleia dos prefeitos com a presença de autoridades



CRF/RS e Famurs apresentam o Oportuniza Assistência Farmacêutica em reunião do Comitê da Saúde do CNJ/RS









Oportuniza Assistência Farmacêutica







Oportuniza Assistência Farmacêutica



inicio / Opomuniza Saúde / Opomuniza Assistência Farmacêutica / Opomuniza Assistência Farmacêutica

Oportuniza Assistência Farmacêutica



A Famurs, reafirmando seu compromisso em auxiliar com a gestão municipal, promovendo o uso racional de medicamentos, a qualidade na assistência farmacêutica, a transparência no acesso de informações aos usuários do SUS, criou o Oportuniza Assistência Farmacêutica.

Este sistema, oportuniza um grande banco de dados que permite aos usuários e profissionais de saúde da rede pública, verificar a disponibilidade de medicamentos nas unidades municipais, demonstrando também quais estão em processo de reposição e até os indisponíveis, devido à demora de entrega pelas empresas e distribuidoras de medicamentos.

Prezando pela transparência e contando com o apoio do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul (CRF/RS), esta ferramenta foi criada para humanizar o atendimento da população, apresentando a importância dos farmacêuticos municipais, que participam desde o processo de criação da relação de medicamentos municipais (REMUMEs) até a dispensação aos usuários.

O Oportuniza Assistência Farmacêutica oferece horários de funcionamento das unidades farmacêuticas, nome dos gestores e do farmacêutico municipal responsável, quais são os integrantes da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), investimentos municipais na área de saúde e na assistência farmacêutica (SIOPS - SIOPS/AP), lista de medicamentos adquiridos pelo governo federal, estadual e municipal oferecidos pelo Sistema Unico de Saúde (SUS). Além disto, conta com a geolocalização, que possibilita aos usuários, visualizarem as unidades de saúde mais próximas do seu local para retirada de medicamentos prescritos.

De acesso público, este sistema conta com a participação dos 497 municípios para sua alimentação, possibilitando a atualização em tempo real das listas de medicamentos dispostas na rede municipal.

Para preenchimento da lista de medicamentos, solicitamos que o farmacêutico municipal verifique o tutorial anexado abaixo, e caso tenha dúvidas, entre em contato com a área de Saúde da Famurs, arravés do telefone: S1 32303100 – opção 4.

Ritieli Tauana S. da Rosa Assistente Técnica da Saúde - FAMURS

Paulo Azeredo Filho Coordenador Técnico da Saúde - FAMURS



Apoio





É inovação, quando muda a vida da gente.

Este sistema, oportuniza um grande banco de dados que permite aos usuários e profissionais de saúde da rede pública, verificar a disponibilidade de medicamentos nas unidades municipais, demonstrando também quais estão em processo de reposição e até os indisponíveis, devido à demora de entrega pelas empresas e distribuidoras de medicamentos.

Prezando pela transparência e contando com o apoio do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul (CRF/RS), esta ferramenta foi criada para humanizar o atendimento da população, apresentando a importância dos farmacêuticos municipais, que participam desde o processo de criação da relação de medicamentos municipais (REMUME's) até a dispensação aos usuários.

O Oportuniza Assistência Farmacêutica oferece horários de funcionamento das unidades farmacêuticas, nome dos gestores e do farmacêutico municipal responsável, quais são os integrantes da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), investimentos municipais na área de saúde e na assistência farmacêutica (SIOPS - SIOPS/AF), lista de medicamentos adquiridos pelo governo federal, estadual e municipal oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além disto, conta com a geolocalização, que possibilita aos usuários, visualizarem as unidades de saúde mais próximas do seu local para retirada de medicamentos prescritos.

Para acesso ao sistema de Justiça também!



I Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para Saúde - Fonajus









Considerações

O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO TAMBÉM DEVE SER UTILIZADO PARA DISCUTIR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA COM OS GESTORES PÚBLICOS!

Inserir as ciências farmacêuticas na teoria da decisão judicial - (Direito Farmacêutico): Assistência Farmacêutica; Farmacovigilância; Farmacoeconomia; Farmácia Clínica; Atuação mercadológica...

Para diminuir e evitar a JUDICIALIZAÇÃO, os municípios devem priorizar, adequar e ampliar a Assistência Farmacêutica!

Sistema de justiça deve direcionar ações para questionar, recomendar, exigir, sentenciar os municípios a priorizar a AF com os devidos investimentos e adequações. A JUDICIALIZAÇÃO impacta os dois sistemas Saúde e Justiça!



10 PASSOS FARMACÊUTICOS PARA REDUZIR A JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS

- 1. Planejar a AF (Plano Municipal de Saúde/Politica Municipal de AF);
- 2. Instituir a CFT (Municipal/Regional);
- 3. Definir uma REMUME adequada e atualizada;
- 4. Racionalizar o número de Farmácias públicas;
- 5. Organizar as farmácias (equipe com farmacêuticos e auxiliares);
- 6. Além da logística (entrega) oferecer serviço de farmácia clínica;
- 7. Inserir farmacêuticos na Defensoria, MP, Unid. de Conciliação;
- 8. Inserir farmacêuticos nos NATs;
- 9. Trabalhar com a Transparência Informatização da AF;
- 10. Inserir as ciências farmacêuticas na teoria da decisão judicial.

Conclusões

Via de regra, onde a assistência farmacêutica está precária ou desestruturada ou sem farmacêutico existe maior numero de processos judiciais;

A Remume é o docuemento oficial, onde o município assume a responsabilidade em oferecer e dispesar todos os ítens nela definidos;

O Sistema de Justiça e os Órgãos de Controle devem estimular e até mesmo exigir que cada município apresente sua CFT e Remume;

A Remume adequada e atualizada torna claro o limite da responsabilidade do município, relacionado com o fornecimento de medicamentos;

A definição do elenco de medicamentos dispensados à população (lista pública/Remume) é uma das atividades mais importantes da Assistência Farmacêutica (AF), é a partir dela que são desenvolvidas as demais atividades da assistência;

A CFT pode participar também das discussões sobre judicialização do direito à saúde.



Em andamento....

Fase Administrativa

AF do município (Gestão)

Fase pré-processual:

DPE (Defensoria Pública Estadual)

Fase processual:

NAT-JUD (Núcleo de Apoio Técnico no Judiciário)

Fase pós processual:

No sistema de justiça ou sistema de Saúde Acompanhamento farmacêutico de pacientes avaliando a efetividade do tratamento com o medicamento fornecido pela via judicial

GTJUD









Ecossistemas de inovação nos processos de cuidado, valor em saúde & ações sustentáveis 1, 2 e 3 de junho de 2023

OBRIGADO!

Everton Borges everton@crfrs.org.br gtjud@cff.org.br (51) 999063051

